

Áreas mínimas comparáveis para os períodos intercensitários de 1872 a 2000¹

Eustáquio José Reis

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ejreis1@gmail.com

Márcia Pimentel

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Ana Isabel Alvarenga

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Maria do Carmo Horácio dos Santos

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

RESUMO

Este trabalho documenta procedimentos e fontes bibliográficas utilizadas e sumaria os resultados tabulares e cartográficos obtidos na construção de um painel de áreas geográficas que possibilita comparações intertemporais consistentes dos dados demográficos, econômicos e sociais disponíveis em nível municipal nos censos realizados de 1872 a 2000. O Censo de 1872 é o primeiro recenseamento demográfico do Brasil realizado com o devido rigor em termos de métodos, cobertura e desagregação geográfica. Seguem-se, com qualidade bastante inferior, os Censos Demográficos de 1890 e 1900. O Censo de 1920, além de mais rigoroso, constitui o primeiro Censo Econômico do país. Com a criação do IBGE, em 1937, realizaram-se Censos Demográficos decenais de 1940 a 2000, Censos Econômicos decenais de 1940 a 1970 e quinquenais de 1975 a 1985, quando os recenseamentos econômicos com representatividade em nível municipal foram suspensos, excetuando-se os Censos Agropecuários de 1995/96 e 2007. O município constitui a unidade de observação mais desagregada em termos político-administrativos ou geográficos para o qual se podem obter dados econômicos e demográficos sistemáticos para períodos históricos seculares e com abrangência exaustiva do território brasileiro. O número de municípios recenseados no Brasil aumenta de 643, no Censo de 1872, para 5507, no Censo de 2000. As alterações ocorridas no número, área e fronteira dos municípios tornam inconsistentes as comparações intertemporais em nível geográfico estritamente municipal. Portanto, para possibilitar comparações consistentes no tempo é necessário agregá-los em áreas geográficas mais abrangentes denominadas de áreas mínimas comparáveis (AMC).

PALAVRAS-CHAVE: Demografia; censos; território brasileiro; comparações.

¹ Os autores são pesquisadores do IPEA. Esse trabalho teve uma longa gestação, tendo se iniciado em 1989. Além do Ipea, os autores agradecem ao Cnpq e a Faperj pelo patrocínio do NEMESIS/PRONEX (Núcleo de Estudos e Modelos Espaciais Sistêmicos que integra o Programa de Núcleo de Excelência Proc. Nº E-26-171.518/2006). Agradecem também à Fundação João Pinheiro e ao Departamento de Estudos Territoriais do IBGE pelas informações fornecidas sobre os desmembramentos dos municípios brasileiros no período 1970 a 1997. Para períodos anteriores, somos gratos à colaboração de Leonardo Monteiro Monasterio e Maria Sílvia Bassanezi. *Last but not least*, agradecemos as assistentes Barbara Nascimento Ferreira e Maria do Carmo Horácio dos Santos, bem como as várias gerações de estagiários, pelo diligente trabalho de levantamento e organização dos dados.

I - INTRODUÇÃO

A primeira seção do texto a seguir detalha os objetivos e motivações do trabalho. Segue-se a documentação dos procedimentos e fontes utilizados e, por fim, uma descrição sumária dos resultados tabulares e cartográficos obtidos na construção de áreas mínimas comparáveis.

II - OBJETIVOS E MOTIVAÇÕES

O objetivo específico é compatibilizar as divisões político-administrativas apresentadas nos vários censos para possibilitar a construção de painéis de dados econômicos estaduais e municipais no período que se estende de 1872 a 2000.

O painel de dados municipais estendendo-se de 1872 a 2000 abre perspectivas radicalmente novas para análises da história brasileira, criando possibilidades analíticas inauditas para os estudos do desenvolvimento econômico brasileiro nos Séculos XIX e XX. Mais especificamente, possibilita a mensuração e análise dos processos seculares de convergência regional e espacial dos níveis de produto, população, produtividade e bem estar; concentração e dispersão geográfica das atividades industriais e agropecuária; de difusão e absorção de tecnologias agrícolas e industriais; e integração do mercado de trabalho, entre outras.

Para além das fronteiras nacionais, esse painel de dados municipais certamente interessa para os estudos empíricos do processo de desenvolvimento econômico, por suas possibilidades nas análises de questões clássicas como os padrões de crescimento regional, identificação dos determinantes do crescimento no longo prazo e a contabilidade do desenvolvimento.

A literatura empírica recente sobre crescimento econômico está fortemente calcada nas análises de dados de painel, na mais das vezes em nível de países ou nações politicamente soberanas (Barro, 2001). A grande vantagem do nível de agregação nacional é referir-se a unidades econômicas autônomas em termos de decisões de política econômica e fechadas no que concerne, sobretudo à mobilidade geográfica do trabalho. A desvantagem, contudo, é a heterogeneidade geográfica, étnica, lingüística, política e cultural das diferentes observações que se agrava com problemas não desprezíveis de diferenças nacionais nos conceitos e métodos de mensuração. Essas diferenças e heterogeneidades podem ser suficientemente severas para colocar em questão a robustez dos resultados empíricos obtidos.²

² Esse problema, identificado como *exchangeability violation* por Durlauf et al. (2005, p.36), implicaria em variáveis omitidas e heterogeneidade paramétrica entre observações.

Apesar de se referir a economias “abertas” e com autonomia limitada de política econômica, o painel de dados municipais brasileiros apresenta como vantagens a dimensão da amostra que conta com centenas de observações nos dez períodos censitários que se estendem de 1872 a 2000; a homogeneidade geográfica, política, cultural; e, last but not least, a comparabilidade dos conceitos e métodos de mensuração utilizados nas diferentes unidades geográficas e períodos.

III - FONTES DE DADOS

Para os anos posteriores a 1970, os microdados dos censos demográficos e econômicos encontram-se em formato eletrônico e parte deles tabulados em nível municipal em <http://www.sidra.ibge.gov.br/>. Para o Censo de 1960, os únicos microdados remanescentes são aqueles constantes da amostra do Censo Demográfico para 14 estados da Federação. Por razões desconhecidas, faltam as informações para os estados da antiga Região Norte, de Santa Catarina e Espírito Santo. Em <http://www.ipeadata.gov.br> esses dados encontram-se reproduzidos em formato eletrônico, bem como tabulados em nível municipal.

Para os censos de 1920 a 1960, não se dispõe de microdados. Tabulações em nível estadual e municipal para as principais variáveis encontram-se publicadas em formato impresso. Uma seleção dessas variáveis foi reproduzida em formato eletrônico encontrando-se disponível em <http://www.ipeadata.gov.br>.

As publicações contendo os Censos Demográficos de 1872, 1890 e 1900 são raras e de difícil acesso. Os dados foram publicados exclusivamente em nível estadual e municipal e, para algumas poucas variáveis, de freguesias ou paróquias. Esses dados foram reproduzidos em (Puntoni 2003) encontrando-se parcialmente disponíveis em <http://www.ipeadata.gov.br>.

IV - ÁREAS MÍNIMAS COMPARÁVEIS, 1872-2000

Desde meados do Século XIX, o território brasileiro sofreu alterações significativas no número e delimitação geográfica das suas Unidades político-administrativas. Em 1853, a Província do Paraná se desmembrou de São Paulo, passando o Império a contar com 20 províncias que, com o advento da República, passaram a ser denominadas de estados da Federação. Em 1903, o Território do Acre foi incorporado ao país. Em 1943, foram criados os territórios de Fernando Noronha (desmembrado de Pernambuco), Guaporé (posteriormente Rondônia, desmembrado de Mato Grosso e Amazonas), Amapá (desmembrado do Pará), Roraima (desmembrado do Amazonas), Ponta-Porã (desmembrado do Mato Grosso) e Iguazu (desmembrado de Paraná). Em 1946, os dois últimos territórios foram reincorporados aos estados do Paraná e Mato Grosso, respectivamente. Em 1960, com a transferência do Distrito Federal para Brasília, foi criado o Estado da Guanabara que, em 1975, foi extinto e incorporado ao Estado do Rio de

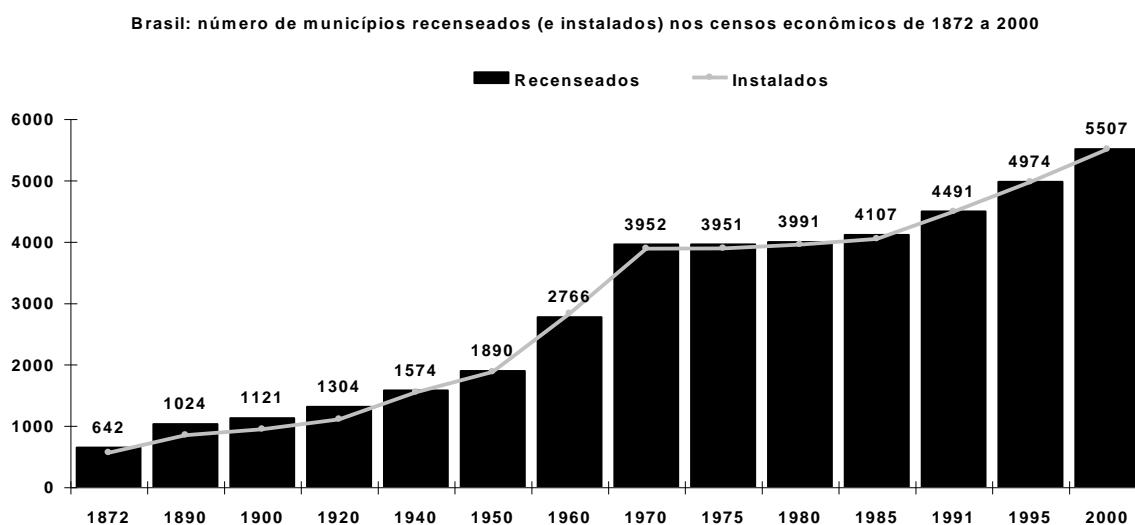
Janeiro. Em 1962, o Acre foi elevado à condição de estado da Federação. Em 1975, foi criado o estado do Mato Grosso do Sul (desmembrado de Mato Grosso). Em 1988, Fernando de Noronha foi incorporado a Pernambuco; Rondônia e Amapá foram elevados à condição de estado da Federação; e, por fim, foi criado o estado de Tocantins (desmembrado de Goiás).

Essas alterações acarretam transferências de municípios entre estados ou territórios que colocam problemas para comparações intercensitárias, mesmo em nível estadual. Assim, entre 1872 e 1920, os municípios de Independência e Príncipe Imperial foram transferidos do Piauí para o Ceará. Entre 1920 e 1940, municípios do Amazonas e do Mato Grosso se desmembraram para formar o Território de Guaporé. Entre 1940 e 1960, municípios do Amazonas se desmembraram para formar o estado de Roraima. Em 1975, outros municípios do Mato Grosso se desmembraram para formar os municípios que deram origem ao Mato Grosso do Sul. Por fim, Tocantins originou-se do antigo Estado de Goiás. Devido a isso, mesmo baseando-se em dados municipais, só conseguimos recompor imperfeitamente o traçado desses estados a partir de 1872 e, algumas vezes, a criação de unidades geográficas fictícias é inevitável para que possamos compará-los no tempo e representá-los cartograficamente.

Em nível municipal, as comparações são enormemente dificultadas pelo aumento do número de municípios e as conseqüentes mudanças de áreas e limites geográficos dos mesmos.

O Gráfico 01 mostra que, entre os anos censitários de 1872 a 2000, o número de municípios brasileiros recenseados aumentou de 642 para 5507 e não necessariamente coincidem com o número de municípios instalados (segundo o próprio IBGE).

Gráfico 01



Em termos relativos, os aumentos mais significativos ocorreram nas duas primeiras décadas do período republicano, na Segunda República e após a Constituição de 1988. Essa cronologia sugere que além dos estímulos propiciados pela expansão das fronteiras econômica e demográfica, a criação de novos municípios foi provavelmente induzida pela descentralização político-administrativa que caracteriza os períodos de liberalização política. Nesse sentido, deve ser observado que o aumento excepcional entre 1960 e 1970 ocorreu em grande parte antes do governo militar que, inclusive, anulou a criação de vários novos municípios ao assumir o poder em 1964 (IBGE, 2003).

Para construir o painel de dados censitários em nível municipal para o período 1872-2000, é necessário compatibilizar as divisões político-administrativas utilizadas nos diferentes censos. Isso porque as alterações dos contornos e áreas geográficas dos municípios devidas à criação de novos municípios impedem comparações intertemporais consistentes das variáveis demográficas, econômicas e sociais em nível municipal.

Como para a grande maioria das variáveis é impossível obter informações econômicas ou mesmo os contornos geográficos em nível mais desagregado do que o municipal, as áreas mínimas comparáveis são geradas por meio da união ou junção das áreas dos municípios alterados ou criados. No caso de municípios que se originam de mais de um município, isso implica agregar as áreas de todos os municípios de origem. As áreas mínimas comparáveis (AMC) não se referem, portanto, a uma divisão política ou administrativa, mas simplesmente à área agregada do menor número de municípios necessários para que as comparações intertemporais sejam geograficamente consistentes. Naturalmente, o número de AMC e dos municípios que as compõem variará dependendo do período temporal (intercensitário) relevante para a análise.

A informação básica para a construção das AMC são as genealogias municipais publicadas pelo IBGE e por outras fontes nos períodos anteriores a 1939. Para os períodos intercensitários de 1940 a 1960 e 1960 a 1980, informações para a geração de áreas mínimas comparáveis encontram-se documentadas nas publicações do IBGE (IBGE 1968; IBGE 1984). As AMC para 1970 a 2000 encontram-se nas tabulações preparadas pelo Projeto “Desenvolvimento Humano do Brasil” (BRA/97/007) (PNUD-IPEA-FJP-IBGE 1998) com base nas informações sobre a divisão territorial do Brasil disponível no IBGE.

Para o período de 1920 a 1940, as AMC foram construídas pelo Ipeadata com base em diversas publicações do IBGE e em informações territoriais e administrativas disponíveis em órgãos de estatísticas estaduais e outras fontes (MTIC 1913; MTIC 1933; IBGE 1940; IBGE 1948-53; IBGE 1950; IBGE 1950; IBGE 1950; IBGE 1950; IBGE 1950; Globo 1970; ICG-SP 1995; ICG-SP 1995; FEE-RGS 1998; Bassanezi 1999; SC 2002). As AMC 1920-2000 resultantes, bem como os dados censitários municipais para todos os censos do período 1872 a 2000 nessa agregação podem ser encontrados na página regional de www.ipeadata.gov.br.

Para períodos intercensitários anteriores a 1920, ou seja, 1872-1890, 1890-1920 e 1872-1920, devido à carência de registros sistematizados e de bases cartográficas confiáveis, a construção das AMC foi feita baseando-se em informações sobre genealogias municipais compiladas por várias fontes (Puntoni 2003; Freire 1925; Assis 1941; IBGE 1948-53; Borges Fortes 1963; Braga 1967; Honorato 1976; Aguiar 1979; Piazza 1983; Barbosa 1995; ICG-SP 1995; ICG-SP 1995; FEE-RGS 1998; Bassanezi 1999; IBGE 2000; Ferreira 2001; SC 2002; GO-SEPLAN 2003; Oliveira e Paiva 2003). Em IBGE (1948-53), encontram-se as datas de criação e os municípios de origem para os municípios de 1950 em todas as Unidades da Federação exceto RS, SC, SP, SE e GO para os quais as informações necessárias foram obtidas nas demais publicações acima referidas além de páginas várias da internet.

A Tabela 01 apresenta o número de municípios brasileiros recenseados de 1872 a 2000 e também de áreas mínimas comparáveis (AMC) para os períodos intercensitários que se estendem dos respectivos anos censitários até 2000. Em termos mais rigorosos, o ano final das comparações refere-se à malha municipal de 1997 que foi aquela utilizada no Censo de 2000. Devido a isso, algumas vezes faz-se referência ao ano de 1997 ao invés de 2000.

Tabela 01

Brasil: Número de municípios nos Censos e AMC nos períodos intercensitários, 1872-2000

Anos censitários	Número de municípios	Período intercensitário	Número de AMC
1872	643	1872-2000	432
1920	1305	1920-2000	952
1940	1575	1940-2000	1275
1950	1891	1950-2000	n.d.
1960	2768	1960-2000	2407
1970	3974	1970-2000	3659
1980	3991	1980-2000	3692
1991	4491	1991-2000	4267
2000	5507	-	-

Fonte: IBGE e IPEA.

Obs.: O Censo de 2000 utilizou a malha municipal de 1997.

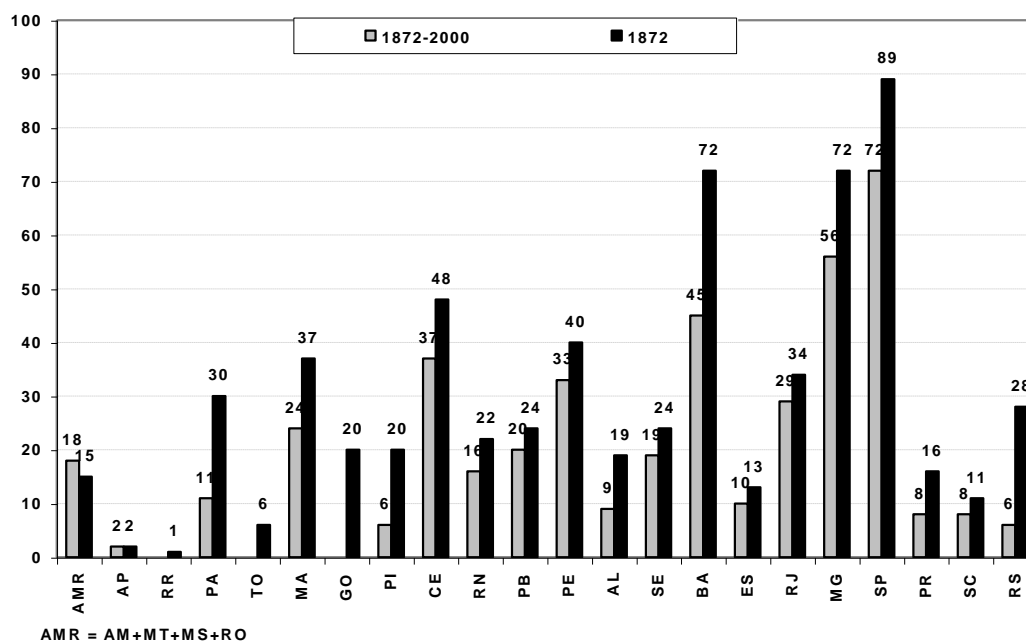
A comparação das duas cifras mostra que, em termos percentuais, a perda no número de observações quando passamos de municípios para AMC é pouco mais de 30 por cento no caso do Censo de 1872, sendo progressivamente menor para os demais anos censitários.

No Anexo I, a Tabela 1.1 apresenta o número de municípios para diversos anos censitários por Unidades da Federação. A Tabela 1.2 apresenta o número de AMC para diversos sub-períodos intercensitários de 1872 a 2000. A Tabela 1.3 apresenta o número de municípios que, ao longo desse período, não sofreram alteração territorial, informação essa que pode interessar às análises para as quais a continuidade de uma unidade político-administrativa é relevante.

O Gráfico 02 compara o número de municípios no Censo de 1872 e o número de AMC resultantes no período 1920-2000. Em termos numéricos destacam-se São Paulo, Minas Gerais e Bahia. Nota-se também que, em termos relativos, a perda no número de observações na agregação dos municípios em AMC não é significativamente diferente na grande maioria das Unidades da Federação, excetuando-se talvez o Rio Grande do Sul e Paraná.

Figura 02

Brasil: Número de municípios no Censo de 1872 e número de AMC no período 1872-2000 para as Unidades da Federação



As Figuras 03.1 e 03.2 são mapas das AMC nos períodos 1872-2000 e 1920-2000 respectivamente, distinguindo-se por meio de cores (quando possível) as Unidades da Federação atuais. Pode-se ver que para os estados das regiões Centro-Oeste e Norte, onde ocorreu grande número de criações e desmembramentos de municípios no período de 1872 a 2000, a agregação para AMC implica perda de algumas observações em nível estadual, além de um número significativo de observações municipais.

Assim, na Figura 03.1 onde se representa as AMC no período 1872-2000, os estados do Amazonas, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Rondônia são agregados em um único estado fictício que denominamos AMT; o estado de Roraima é também fictício, incorporando alguns municípios do atual estado do Amazonas; por fim, o estado do Ceará incorpora ficticiamente um município que, na verdade, era parte da área do estado do Piauí em 1872.

Na Figura 03.2 onde se representa a AMC 1920-2000, todos os municípios do estado de Rondônia são agregados em uma única AMC e o mesmo ocorre com grande parte dos municípios que compunham o antigo estado do Mato Grosso. Como já observado, com as AMC para o período 1920-2000 é impossível recompor os estados do Mato Grosso (atual) e do Mato Grosso do Sul. Os únicos municípios do estado de Mato Grosso do Sul passíveis de recomposição são os mais antigos fundados na rota das monções no Século XVIII. Finalmente, observação mais rigorosa permite ver que a recomposição dos estados de Goiás e Tocantins é imperfeita.

Nas regiões Nordeste e Centro-Sul onde o processo de ocupação e criação de municípios é relativamente antigo, houve pouca criação e desmembramento de municípios no século XX e, portanto, a agregação para AMC no período 1940-2000 implica número pouco significativo de perdas de observações. Para o Sul, existem perdas significativas de observações nas áreas da fronteira oeste cuja ocupação se deu no decorrer da primeira metade do Século XX.

A Figura 04.1 apresenta (em linhas fortes) as AMC para o período 1920-2000, comparando-as com a malha municipal utilizada no Censo de 2000 (em linhas esmaecidas). Seguem-se as Figuras 04.2. a 04.5 que mostram as AMC 1940-2000, 1960-2000, 1970-2000 e 1991-2000, respectivamente comparadas com as malhas municipais de 1940, 1960, 1970 e 1991. Por fim, a Figura 05 compara com cores diferentes as AMC para esses diferentes períodos intercensitários. O arquivo [IPEADATA_Municipios_X_AMCs](#) apresenta a correspondência entre os códigos de municípios em 1997 e das diversas AMC no período 1872-2000.

Figura 03.1

Brasil: Áreas Mínimas Comparáveis, 1872-2000



Elaboração: IPEA/DIMAC utilizando a Malha Municipal Digital do Brasil 1997 (IBGE/DGC/DECAR)

Figura 03.2

Brasil: Áreas Mínimas Comparáveis, 1920-2000



Elaboração: IPEA/DIMAC utilizando a Malha Municipal Digital do Brasil 1997 (IBGE/DGC/DECAR)

Figura 04.1

Brasil: Áreas mínimas comparáveis, 1920-2000 (linhas fortes) e área dos municípios em 2000 (linhas esmaecidas)



Elaboração: IPEA/DIMAC utilizando a Malha Municipal Digital do Brasil 1997 (IBGE/DGC/DECAR)

Figura 04.2

Brasil: Áreas mínimas comparáveis, 1940-2000 e área dos municípios em 1940.



AMC's de 1940 - 2000



Municípios brasileiros em 1940.

Elaboração: IPEA/DIMAC utilizando a Malha Municipal Digital do Brasil 1997 (IBGE/DGC/DECAR) e a base de dados municipais disponíveis a partir de <http://www.biosfera.dea.ufv.br>

Figura 04.3

Brasil: Áreas mínimas comparáveis, 1960-2000 e
área dos municípios em 1960.



AMC's de 1960 - 2000



Municípios brasileiros em 1960.

Elaboração: IPEA/DIMAC utilizando a Malha Municipal Digital do Brasil 1997 (IBGE/DGC/DECAR) e a base de dados municipais disponíveis a partir de <http://www.biosfera.dea.ufv.br>

Figura 04.4

Brasil: Áreas mínimas comparáveis, 1970-2000 e
área dos municípios em 1970.



AMC's de 1970 - 2000



Municípios brasileiros em 1970.

Elaboração: IPEA/DIMAC utilizando a Malha Municipal Digital do Brasil 1997 (IBGE/DGC/DECAR) e a base de dados municipais disponíveis a partir de <http://www.biosfera.dea.ufv.br>

Figura 04.5

Brasil: Áreas mínimas comparáveis, 1991-2000 e área dos municípios em 1991.



AMC's de 1991 - 2000



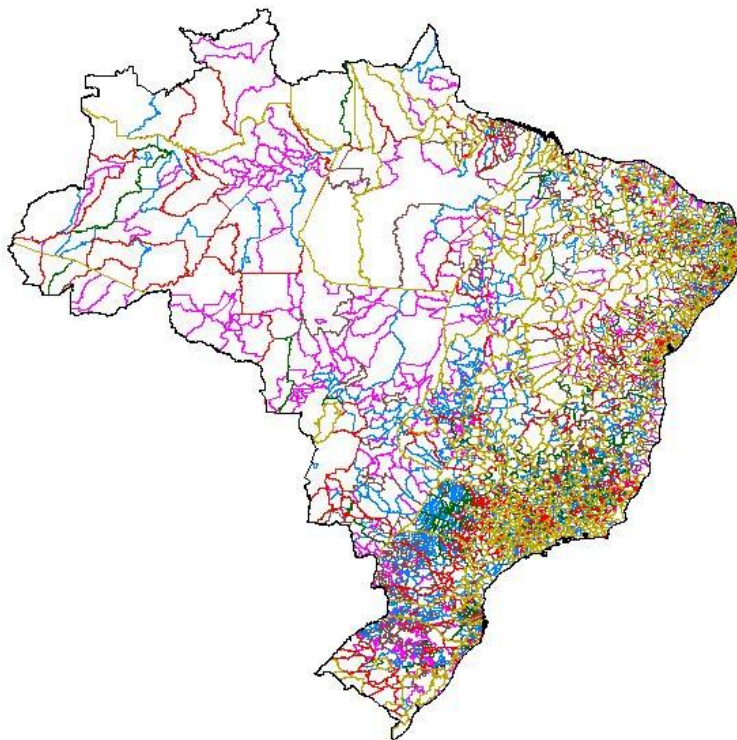
Municípios brasileiros em 1991.

Elaboração: IPEA/DIMAC utilizando a Malha Municipal Digital do Brasil 1997 (IBGE/DGC/DECAR) e a base de dados municipais disponíveis a partir de <http://www.biosfera.dea.ufv.br>

Figura 05

Brasil: Áreas mínimas comparáveis nos períodos intercensitários

1920-2000, 1940-2000, 1960-2000, 1970-2000, 1991-2000



Elaboração: IPEA/DIMAC utilizando a Malha Municipal Digital do Brasil 1997 (IBGE/DGC/DECAR)

V - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGUIAR, D.V. (1979). Descrições práticas da Província da Bahia -- com a declaração de todas as distâncias intermédias das cidades, vilas e povoações. Brasília, Livraria Editora Nacional/Instituto Nacional do Livro.
- ASSIS, F.E.d. (1941). Dicionário geográfico e histórico do Estado do Espírito Santo. Vitória, n.d.
- BARBOSA, W. d. A. (1995). Dicionário Histórico-Geográfico de Minas Gerais. Belo Horizonte, Editorial Itatiaia Ltda.
- BARRO, R.J. (2001). Determinants of Economic Growth, A Cross-Country Empirical Study. Cambridge, MA, MIT Press.
- BASSANEZI, M. S. C. B. (1999). "São Paulo do passado - Dados Demográficos (1836-1920) Uma ferramenta de trabalho para o estudo da população paulista do passado." Revista Brasileira de Estudos da População. 16(1/2): 139
- BRAGA, R. (1967). Dicionário Geográfico e Histórico do Ceará. Fortaleza, Imprensa Universitária do Ceará.
- COSTA, Marcos H. et al. (2008) Malhas municipais para o período 1940, 1950, 1960, 1970, 1975, 1980 e 1985. Grupo de Pesquisa em Interação Atmosfera-Biosfera, Departamento de Engenharia Agrícola, Universidade Federal de Viçosa. Disponíveis a partir de <http://www.biosfera.dea.ufv.br>
- DURLAUF, et al. (2005) Growth empirics. In P. Aghion and S. Durlauf. (Eds.), Handbook of Economic Growth. North-Holland: Elsevier.
- FEE-RGS (1998). Anuário estatístico do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Fundação de Economia e Estatística.
- FERREIRA, J.C.V. (2001). Mato Grosso e seus municípios. Cuiabá, Secretaria de Estado da Educação.
- FORTES, Amyr Borges; WAGNER, J. B. S. (1963). História Administrativa, Judiciária e Eclesiástica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, GLOBO
- FREIRE, O. (1925). Chórographía do Brasil. São Paulo, Cia. Graphico-Editora Monteiro Lobato.
- GLOBO (1970). Dicionário Geográfico Brasileiro. Porto Alegre, RS, Editora Globo.
- GO-SEPLAN (2003). Anuário Estatístico do Estado de Goiás. Goiânia, SEPLAN-GO-SEPIN Gerência de Estatísticas Socioeconômicas.
- HONORATO, M.d.C. (1976). Dicionário topográfico, estatístico e histórico da província de Pernambuco. Recife, Secretaria do Estado de Pernambuco -- Governo do Estado de Pernambuco.
- IBGE (1940). Divisão Territorial dos Estados Unidos do Brasil. Quadro territorial - administrativo e judiciário - das Unidades da Federação, fixado para o quinquênio de 1939 - 1943 em virtude da lei orgânica nacional nº 311, de 1938. Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
- IBGE (1948-53). Genealogia Municipal, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

- IBGE (1950). Vocabulário Geográfico das Cidades e Vilas do Brasil. Rio de Janeiro, Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
- IBGE (1968). Áreas mínimas de comparação 1940 - 1950 - 1960 : Evolução territorial - População. Rio de Janeiro, Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
- IBGE (1984). Áreas mínimas de comparação a nível municipal: 1980-1970-1960. Rio de Janeiro, IBGE.
- IBGE (1987). Estatísticas Históricas do Brasil. Rio de Janeiro, IBGE.
- IBGE (2000). Enciclopédia dos Municípios Brasileiros. Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
- IBGE (1950). Vocabulário geográfico do Estado do Paraná, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
- IBGE (1950). Vocabulário geográfico de Santa Catarina, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
- IBGE (1950). Vocabulário geográfico do São Paulo, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
- IBGE (1950). Vocabulário geográfico do São Paulo, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
- ICG-SP (1995). Municípios e distritos do Estado de São Paulo. São Paulo, Secretaria de Economia e Planejamento. Coordenadoria de Planejamento Regional, Instituto Geográfico e Cartográfico - IGC.
- ICG-SP (1995). Quadro do desmembramento territorial administrativo dos Municípios Paulistas. São Paulo, Secretaria de Economia e Planejamento, Coordenadoria de Planejamento Regional. Instituto Geográfico e Cartográfico - IGC.
- MTIC (1913). Divisão Administrativa em 1911 da República dos Estados Unidos do Brasil. XIV
- MTIC (1933). Divisão Administrativa do Brasil. Índice alfabético dos municípios e districtos existentes em 1º de janeiro de 1933. Rio de Janeiro, Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Departamento Nacional de Estatística.
- OLIVEIRA e PAIVA, J.G. (2003). Dicionário Topográfico, Histórico e Estatístico da Província de Santa Catarina. Florianópolis, Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.
- PIAZZA, W.F. (1983). Santa Catarina: sua história. Florianópolis, Ed. UFSC/Lumardelli.
- PNUD-IPEA-FJP-IBGE (1998). Desenvolvimento humano e condições de vida: indicadores brasileiros. Brasília.
- PUNTONI (coord.), P. (2003). Os recenseamentos brasileiros no Século XIX: 1872 e 1890, São Paulo, CEBRAP.
- SC (2002). A evolução dos municípios de Santa Catarina até 1967. Florianópolis, Governo do Estado de Santa Catarina. Disponível em: <http://www.sc.gov.br/conteudo/santacatarina/historia/paginas/14municipios.html>. Acesso em: 17- mai - 2006.
- SENRA, N. C. (2006) Estatísticas desejadas: 1822-c. 1889. 1ª. Ed. Rio de Janeiro: IBGE, v. 1, 611 p.

Apêndice I

Unidade da Federação	1872	1920	1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000
AC	.	5	7	7	7	7	12	12	22
AL	19	35	33	37	69	94	94	97	101
AP	2	3	3	4	5	5	5	9	16
AM, MT, MS e RO	15	45	52	60	107	127	158	249	314
BA	72	136	150	150	194	336	336	415	415
CE	48	86	79	79	142	142	141	178	184
ES	13	31	32	33	37	53	53	67	77
GO	20	39	43	64	147	172	174	216	252
MA	37	64	65	72	91	130	130	136	217
MG	72	178	288	388	483	722	722	723	853
PA	30	53	50	59	60	83	83	105	143
PB	24	39	41	41	88	171	171	171	223
PR	16	49	49	80	162	288	290	323	399
PE	40	60	86	91	103	165	165	168	185
PI	20	39	47	49	72	114	114	118	221
RJ	34	49	51	57	62	86	64	70	91
RN	22	37	42	48	83	150	150	152	166
RS	28	71	88	92	150	232	232	333	467
RR	1	4	4	4	5	5	5	11	18
SC	11	34	44	52	102	197	197	217	293
SP	89	204	270	369	504	571	571	572	645
SE	24	34	42	42	62	74	74	74	75
TO	6	10	9	13	33	50	50	75	130
Brasil	643	1305	1575	1891	2768	3974	3991	4491	5507

Tabela 1.2
Brasil: Número de AMC em períodos intercensitários por Unidade da Federação, 1872-2000

UF	1872-1920	1920-1960	1940-1960	1960-1970	1970-1980	1980-1991	1970-1995	1980-1995	1991-1995	1872-2000	1920-2000	1940-2000	1960-2000	1970-2000	1980-2000	1991-2000	1995-2000
AC	5	5	7	7	6	12	4	8	8	3	3	4	4	4	8	8	22
AL	12	25	26	64	94	90	88	88	95	9	22	23	61	88	88	95	100
AM	5	18	20	44	44	27	27	27	62		10	11	27	27	27	62	62
AP	2	3	3	5	5	4	4	4	8	2	2	2	4	4	4	8	15
BA	60	120	146	183	336	327	327	327	415	45	105	131	175	327	327	415	415
CE	40	65	74	142	141	138	138	138	178	37	62	71	138	138	138	178	184
DF		-	-	1	1	1	1	1	1		-	-	1	1	1	1	1
ES	11	29	32	35	53	53	53	53	67	10	28	31	34	52	52	66	70
GO	15	41	46	172	221	165	164	165	211		27	31	133	160	161	207	228
MA	32	56	61	86	130	129	129	129	136	24	42	47	73	113	113	118	118
MT	3	-	-	29	48	47	39	46	71	18	5	7	21	39	46	71	77
MS	3	14	20	26	32	45	23	38	80		3	5	18	23	38	77	113
MG	60	162	272	480	722	722	721	721	722	56	157	267	478	720	720	721	755
PA	26	47	50	44	83	81	74	74	96	11	25	27	36	72	72	94	126
PB	21	35	39	88	171	171	171	171	171	20	34	38	86	168	168	168	168
PR	12	30	42	128	286	287	280	284	320	8	27	38	126	277	281	316	367

PE	34	56	86	101	165	163	163	163	168	33	53	82	99	163	163	168	177
PI	16	30	40	66	114	114	105	105	109	6	16	22	45	80	80	84	121
RJ	32	46	49	61	64	64	64	64	70	29	44	47	59	62	62	68	79
RN	19	30	40	80	150	147	147	147	152	16	27	37	78	147	147	152	152
RS	18	50	63	112	232	186	147	147	279	6	27	35	66	137	137	265	413
RO		2	2	2	1	6	1	5	18		1	1	1	1	3	15	33
RR		2	2	2	2	1	1	1	8		1	1	1	1	1	4	4
SC	9	27	38	94	197	194	189	189	210	8	24	34	83	180	180	201	248
SP	79	179	249	485	571	571	567	567	568	72	172	239	481	567	567	568	625
SE	23	32	41	58	74	74	74	74	74	19	28	37	58	74	74	74	75
TO	7	-	-	-	-	42	34	34	66		7	7	21	34	34	63	118
Brasil	544	1104	1448	2595	3943	3861	3735	3770	4363	432	952	1275	2407	3659	3692	4267	4866

Tabela 1.3

Brasil: Número de municípios que não modificaram nos períodos intercensitários por Unidade da Federação, 1872-2000

Unidade da Federação	1872-1920	1872-2000	1920-2000	1940-2000	1960-2000	1970-2000	1991-2000
AC				1	1	1	3
AL	5	1	4	4	41	81	91
AP	1				2	2	5
AM			4	4	21	21	62
BA	27	4	18	33	70	264	415
CE	22	3	13	19	109	109	172
DF					1	1	1
ES	6	3	12	14	17	34	57
GO	8		3	4	84	113	182
MA	18	2	11	12	29	62	67
MT	2	1	2	4	9	13	58
MS					11	26	66
MG	19		25	70	282	633	635
PA	7	1	11	12	21	51	71
PB	8				28	129	129
PR	6	1	7	12	68	213	259
PE	21	5	8	22	42	146	153
PI	7		3	3	12	36	38
RJ	22	9	23	27	38	41	50
RN	13	1	1	2	31	133	138
RS	7	1	10	12	24	71	192
RO							7
RR							1
SC	1		2	3	24	129	155
SP	41	19	70	111	386	503	505
SE	15	8	12	14	47	73	73
TO	3					7	30
Brasil	259	59	239	383	1398	2892	3615